



Anais da Assembléia

Nº 101

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 16 DE NOVENO DE 1989

ANO XV

RESOLUÇÃO Nº 054/89

DATA: 09 de novembro de 1989

SÍNULA: Autoriza o Estado do Paraná, através da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, com a intervenção da Secretaria de Estado dos Transportes, celebrar convênios com a Empresa de Portos do Brasil S.A. - PORTOBÁS, visando a realização de obras de infra-estrutura para construção de um estaleiro naval em Paranaguá. (Mensagem do Poder Executivo nº 074/89)

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do Art. 127 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Autoriza o Estado do Paraná, através da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, com a intervenção da Secretaria de Estado dos Transportes, celebrar convênio com a Empresa de Portos do Brasil S.A. - PORTOBÁS, visando a realização de obras de infra-estrutura para a construção de um estaleiro naval em Paranaguá.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 09.11.89

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA
ATA DA 85ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 16 DE NOVENO DE 1989
QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Alborghetti e Werner Wanderer.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, David Cheriegate, Eduardo Baggio, Brondy Silvério, Ferrari Júnior, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, José Palinto, José Rogério Carvalho, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Meivo Beraldin, Mareu Carlos Massignan, Milton Barbosa, Paulino José Delazeri, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur,

Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (36).
Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Acir Mezadri, Basílio Zanusso, Caio Quintana, Cândido Bastos, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Ezequias Losso, Garnote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Homero Oguido, João Arruda, José Alves, Lauro Lobo Alcantara, Namiir Piacentini, Nelson Vasconcellos, Paulo Furriatti e Sabino Campos (18).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a
SESSÃO

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Solicito verificação e votação da Ata.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa defere e procederá à verificação de votação.

(É procedida à verificação de votação)

12 Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MESSAGEM 81/89

Curitiba, 10 de novembro de 1989
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva conceder aos servidores públicos civis do Quadro Geral do Poder Executivo e aos servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, dos órgãos da Administração Direta e Autárquica, um abono provisório no valor mensal de Rcz\$ 300,00 (trezentos cruzados novos) a partir de 1º de novembro de 1989, a título de antecipação salarial.

A medida ora submetida a essa Augusta Assembléia Legislativa decorre de estudos realizados pela Secretaria de Estado da

Administração, cujos resultados estão substanciados no Ofício nº 1.359/89, de 07 do corrente mês, a mim dirigido pelo Titular daquela Pasta. Para maiores e mais detalhados esclarecimentos, o inteiro teor do mencionado ofício segue, em anexo, por cópia autêntica.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Aos servidores públicos civis do Quadro Geral do Poder Executivo e aos servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, dos órgãos da Administração Direta e Autárquica, fica concedido um abono provisório mensal de NCz\$ 300,00 (trezentos cruzados novos), a título de antecipação salarial.

§ 1º - O valor do abono referido neste artigo será calculado na forma proporcional à carga horária de trabalho, dos servidores regidos pela CLT que tenham optado por jornada inferior a 8 (oito) horas diárias.

§ 2º - O abono estabelecido neste artigo não influirá no cálculo do valor das gratificações, adicionais e quaisquer outras vantagens concedidas aos servidores públicos civis.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor a partir de sua publicação, com efeito financeiro a partir de 1º de novembro de 1989. A Diretoria Legislativa.

Curitiba, 07 de novembro de 1989
Senhor Governador.

A realidade da situação econômica com que se defronta o país, aliado aos altos índices inflacionários que não permitem projetar, com segurança, qualquer taxa futura e a perda do poder aquisitivo decorrente, faz com que os servidores públicos estaduais tenham suas tabelas de vencimentos fixadas em patamares inferiores ao salário-mínimo legal.

Em que pese Vossa Excelência já ter encaminhado ao Poder Legislativo, anteprojeto de lei reajustando as tabelas salariais em 85% (oitenta e cinco por cento), a determinação do índice inflacionário e o conseqüente piso do salário-mínimo, a partir de 1º de novembro corrente, tornaram incorretas as previsões efetuadas pela administração pública, havendo, novamente achatamento nas bases da tabela.

Assim, Senhor Governador, visando corrigir tais distorções constantes da tabela do Quadro Geral do Estado, onde grande parte desses servidores percebem menos que

Curitiba, quinta, em 16.11.89

o salário-mínimo, encaminhamos para a devida apreciação, a proposta, acompanhada de novo anteprojeto de lei, de concessão de um abono provisório, a fim de que as classes de servidores que possuem salários inferiores, o que na realidade é a grande maioria, tenha uma recomposição de seu ganho, minimizando a defasagem.

Outrossim, caso haja aprovação para esta proposta, os custos serão de NCz\$ 12.000.000,00 (doze milhões de cruzados novos), abrangendo os servidores civis e celetistas do Quadro Geral, da Administração Direta e Autárquica, do Poder Executivo.

Atenciosamente

Deputado MÁRIO PEREIRA

Secretário de Estado

da Administração

MENSAGEM Nº 82/89

Curitiba, 10 de novembro de 1989
Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar ratificação dessa Augusta Assembleia Legislativa ao incluso Termo Aditivo firmado em grau de urgência, em 01 de novembro de 1989, ao Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, para implantação do Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais, em cumprimento à execução do Plano Regional de Reforma Agrária.

Certo de que a presente proposição merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

Quinto termo aditivo ao convênio celebrado entre o Ministério da Agricultura - MA e o Governo do Estado do Paraná, para a implantação do programa de assentamento de trabalhadores rurais em cumprimento à execução do Plano Regional de Reforma Agrária - PRRA do Estado do Paraná.

O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA - MA, criado pelo Decreto Imperial Nº 1.067 de 28 de julho de 1860, com sede em Brasília - DF, doravante denominado simplesmente MA, neste ato representado pelo Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Dr. MÁRIO LUIZ PERGARO, nos termos da Delegação de competência conferida pela Portaria Nº 562 de 30 de agosto de 1989 do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Agricultura e do Estado do Paraná, doravante denominado, neste ato representado pelo seu Governador Dr. ÁLVARO FERNANDES DIAS, ao qual comparece ainda a Secretaria de Estado da Agricultura e do

Abastecimento - SEAB, por seu titular, Dr. OSMAR FERNANDES DIAS, resolvem de mútuo acordo, assinar o presente Termo Aditivo ao Convênio N° 29.009/86, celebrado em vinte e nove de dezembro de hum mil novecentos e oitenta e seis, consoantes os Processos MIRAD/N° 1.458/86, 21.116/86 e 4.288/88 e o Decreto-Lei N° 2.300, de 21 de novembro de 1986 e suas alterações mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Ficam alterados os prazos previstos na Cláusula Sexta do Quarto Termo Aditivo, referentes à prestação de contas, que passam a ser os seguintes:

I - PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL

Obriga-se o Governo do Estado do Paraná a encaminhar a prestação de contas parcial, da 1.^a etapa e correspondente a 1.^a parcela até 30 de julho de 1989 e a 2.^a etapa, correspondente a 2.^a parcela, até 30 de novembro de 1989;

II - PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL

Obriga-se o Governo do Estado do Paraná a encaminhar a prestação de contas final até 31 de dezembro de 1989, quando finda o prazo de vigência do Convênio firmado em 29 de dezembro de 1986.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA - Fica alterado o prazo previsto na Cláusula SÉTIMA do QUARTO TERMO ADITIVO, que passa a ser o seguinte:

O prazo do presente Termo Aditivo será contado a partir da liberação dos recursos estipulados na Cláusula QUINTA do QUARTO TERMO ADITIVO, findando em 30 de novembro de 1989, conforme determinado no cronograma de trabalho do Plano de Aplicação a ser apresentado pela SEAB - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná.

CLÁUSULA TERCEIRA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Convênio e do Quarto Termo Aditivo a que se refere o presente.

CLÁUSULA QUARTA - A Publicação do presente instrumento será providenciada pelo Ministério da Agricultura, em extrato no Diário Oficial da União na data de sua assinatura, devendo ser efetivada no prazo de 20 (vinte) dias.

E para firmar a validade do que foi estipulado, assinam as partes, o presente Instrumento, em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo identificadas, para que produzam os necessários efeitos legais.

Brasília-DF, 01 de novembro de 1989

(aa) MÁRIO LUIZ PEGORARO

Presidente do INCRA

ÁLVARO FERNANDES DIAS

Governador do Estado do Paraná

OSMAR FERNANDES DIAS

Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento - SEAB

MENSAGEM N° 83/89

Curitiba, 10 de novembro de 1989

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar ratificação dessa Augusta Assembléia Legislativa ao incluso Termo Aditivo n° 2/89, firmado em grau de urgência, em 08 de novembro de 1989, ao Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e a Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação, para elaboração do Cadastro Nacional de Irrigantes, parte referente ao Estado do Paraná, figurando como interveniente a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

Certo de que a presente proposição merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa

MINISTÉRIO PÚBLICO

PARANÁ

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

GABINETE

MENSAGEM N° 4/89

Curitiba, 16 de novembro de 1989

Senhor Presidente.

Com a mais elevada honra e consideração encaminho a Vossa Excelência, nos termos do § 2° do artigo 127 da Constituição Federal e § 2° do artigo 114 da Constituição do Estado do Paraná, o incluso Projeto de Lei em consonância com a Mensagem n° 81/89 do Poder Executivo, Estadual, anteriormente encaminhada a essa Casa de Leis, que visa conceder, a partir de 1° de novembro de 1989, a título de antecipação salarial, um abono provisório no valor mensal de Ncz\$ 300,00 (trezentos cruzados novos), aos servidores públicos do Quadro Próprio do Ministério Público do Estado.

O encaminhamento do presente, tem por finalidade precípua manter a remuneração dos servidores auxiliares do Ministério Público em níveis justos e atualizados, aplicando-se também, quanto a estes, o que dispõem os artigos 37, inciso XII e 27, inciso XII, respectivamente, das Constituições Federal e Estadual.

Certo da acolhida, apoio e aprovação desta proposição nessa Augusta Assembléia Legislativa, renovo a Vossa Excelência os meus protestos de alta estima e distinta consideração.

(a) LUIZ CHEMIM GUIMARÃES

Procurador-Geral de Justiça

ANTEPROJETO DE LEI 318/89

Art. 1º - Aos ocupantes dos cargos dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado, fica concedido um abono provisório mensal de Ncz\$ 300,00 (trezentos cruzados novos), a título de antecipação salarial.

§ 1º - O valor do abono referido neste artigo será calculado na forma proporcional à carga horária de trabalho, dos servidores regidos pela CLT que tenham optado por jornada inferior a 8 (oito) horas diárias.

§ 2º - O abono estabelecido neste artigo não influirá no cálculo do valor das gratificações, adicionais e quaisquer outras vantagens concedidas aos servidores públicos civis.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor a partir de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de novembro de 1989.

Ofícios:

Sob os n.ºs DTL/SAT/211 e 210/89, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei, números.

282/89

De autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera conforme especifica a lei n.º 8.521, de 06 de julho de 1987, a qual convertido em Lei tomou o n.º 9114. **Anote-se. Arquite-se.**

208/89

De autoria do Deputado Anibal Khury, que concede a Oracina Pereira, uma pensão mensal conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n.º 9113. **Anote-se. Arquite-se.**

OFÍCIO N.º 74/89

Curitiba, 16 de novembro de 1989
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, nos termos do artigo 96, II alínea b da Constituição Federal, o incluso projeto de lei que repete os termos da Mensagem n.º 81/89, do Poder Executivo Estadual, já encaminhada a essa Casa de Leis, objetivando conceder, a partir de 1º de novembro de 1989, a título de antecipação salarial, um abono provisório no valor mensal de Ncz\$ 300,00 (trezentos cruzados novos), aos servidores do Poder Judiciário do Estado.

Valho-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

(a) ABRHÃO MIGUEL
Presidente

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Aos Servidores do Poder Judiciário do Estado fica concedido um abono provisório mensal de Ncz\$ 300,00 (trezentos cruzados novos), a título de antecipação salarial.

§ 1º - O valor do abono referido neste artigo será calculado na forma proporcional à carga horária de trabalho, dos servidores regidos pela CLT que tenham optado por jornada inferior a 8 (oito) horas diárias.

§ 2º - O abono estabelecido neste artigo não influirá no cálculo do valor das gratificações, adicionais e quaisquer outras vantagens concedidas aos servidores públicos civis.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor a partir de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de novembro de 1989.

OFÍCIO N.º 812/89

Curitiba, em 16 de novembro de 1989
Senhor Presidente.

Com a mais elevada honra e consideração, encaminho a Vossa Excelência, nos termos do art. 77, combinado com o art. 101, da Constituição Estadual, o incluso projeto de lei, em consonância com Mensagem do Poder Executivo Estadual, anteriormente encaminhada a essa Casa de Leis, que visa conceder, a partir de 01 de novembro de 1989, a título de antecipação salarial, abono no valor de Ncz\$ 300,00 (trezentos cruzados novos) aos funcionários deste Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Com respeitoso apreço, firmo-me, manifestando a Vossa Excelência meus protestos de distinta e superior consideração.

(a) ANTÔNIO FERREIRA RÜPPEL
Presidente

PROJETO DE LEI N.º 320/89

Art. 1º - Aos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, fica concedido um abono provisório mensal de NCz\$ 300,00 (trezentos cruzados novos) a título de antecipação salarial.

Parágrafo Único - o abono estabelecido neste artigo não influirá no cálculo do valor das gratificações, adicionais e quaisquer outras vantagens concedidas aos servidores.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor a partir de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01 de novembro de 1989.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 067/89
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Aos servidores do Poder Legislativo, fica concedido um abono provi-

sório mensal de NCz\$ 300,00 (trezentos cruzados novos), a título de antecipação salarial.

§ 1º - O valor do abono referido neste artigo será calculado na forma proporcional à carga horária de trabalho, dos servidores regidos pela CLT que tenham optado por jornada inferior a 08 (oito) horas diárias.

§ 2º - O abono estabelecido neste artigo não influirá no cálculo do valor das gratificações, adicionais e quaisquer outras vantagens concedidas aos servidores.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor a partir de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01 de novembro de 1989.

Sala das Sessões, em 16.11.89

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO

Primeiro Secretário

WERNER WANDERER

Segundo Secretário

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 20, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 239/89.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 129 e 293/89.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 301/88; 29, 163, 235, 240 e 249/89.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 165, 180 e 242/89.

e dos Projetos e Resolução nºs 49, 52 e 65/89.

Levanta-se a sessão

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE AGRICULTURA

11ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

Ata da 3ª Reunião Ordinária

Aos trinta e um dias do mês de outubro de hum mil novecentos e oitenta e nove, reuniu-se a Comissão de Agricultura sob a Presidência do Deputado Sabino Campos. Havendo número legal o Senhor Presidente declara aberto os trabalhos, com a seguinte ordem do dia:

- Discussão e votação dos Projetos de Lei nºs 037 e 095/89.

- Projeto de Lei nº 037/89.

Relator: Deputado Orlando Pessuti.

Parecer: Favorável a aprovação.

Colocado em discussão e posterior votação, foi aprovado o Parecer por unanimidade.

- Projeto de Lei nº 095/89.

Relator: Deputado Orlando Pessuti.

Parecer: Favorável a aprovação.

Colocado em discussão e posterior votação, foi aprovado o Parecer por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Rubens Bremer Secretário da Comissão.

(aa) SABINO CAMPOS

Presidente

RUBENS BREMER

Secretário